



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 15 DE SETEMBRO DE 2022

LEI Nº 266/2022, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

**DISPÕE SOBRE A GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO E SELEÇÃO DE GESTORES ESCOLARES PARA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CONGO/PB, CONFORME O ART. 14, § 1º, INCISO I, DA LEI Nº 14.113, DE 25 DE DEZEMBRO DE 2020 (NOVO FUNDEB) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**A CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DO CONGO, ESTADO DA PARAÍBA**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e da Lei Orgânica, faz saber, que a Câmara Municipal aprova e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

### **CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS E DAS FINALIDADES**

**Art. 1º** - A gestão democrática é considerada como um conjunto de práticas dialógicas que acontecem articuladamente em espaços pedagógicos coletivos, voltadas para a melhoria dos resultados de aprendizagem e do aprimoramento das políticas municipais e nacionais.

Parágrafo único. As Unidades de Ensino públicas, vinculadas ao Sistema Municipal de Ensino de Congo/PB, deverão organizar e efetivar seu planejamento, considerando como princípio a Gestão Democrática.

**Art. 2º** - A gestão democrática do ensino é compreendida como a tomada de decisão conjunta quanto ao planejamento, organização, execução, acompanhamento e avaliação das questões administrativas, pedagógicas e financeiras, envolvendo a participação da comunidade escolar, e será exercida na forma da Lei, obedecendo aos seguintes princípios e finalidades:

- I - participação da comunidade escolar, por meio de órgãos colegiados, na colaboração, participação e avaliação dos resultados nos indicadores educacionais da Escola na Unidade de Ensino a qual faça parte;
- II - transparência e ética nos procedimentos pedagógicos, administrativos e financeiros;
- III - respeito à pluralidade e à diversidade nas Unidades de Ensino municipais;
- IV - autonomia das Unidades de Ensino municipais, nos termos da legislação;
- V - transparência da gestão educacional do Sistema Municipal de Ensino;
- VI - garantia de qualidade social, traduzida pela busca constante do pleno desenvolvimento da pessoa, do preparo para o exercício da cidadania e do mundo do trabalho;
- VII - criação de ambiente seguro e propício ao aprendizado, à construção do conhecimento e à disseminação da cultura;
- VIII - cumprimento da proposta curricular expressa no Referencial Curricular do município de Congo/PB;
- IX - valorização do profissional da educação;
- X - eficiência no uso dos recursos materiais e financeiros;
- XI - liberdade de organização dos segmentos da comunidade escolar na forma de conselhos escolares;
- XII - promoção do respeito mútuo entre as pessoas e compreensão da origem dos problemas e conflitos, construindo soluções alternativas em diálogo com todas as partes interessadas, com escuta ativa e argumentação;
- XIII - compromisso com a implementação das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação de Congo/PB;
- XIV - reconhecimento da escola como integrante de uma Rede Municipal de Ensino com foco no sucesso do estudante e comprometimento com os resultados;
- XV - cumprimento da carga horária prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de, no mínimo, 200 (duzentos) dias letivos e 800 (oitocentas) horas/ano;
- XVII - participação da comunidade escolar na elaboração e atualização do Projeto Político Pedagógico (PPP).

### **CAPÍTULO II DA GESTÃO DA UNIDADE DE ENSINO**

**Art. 3º** - A gestão das Unidades de Ensino será exercida por:

- I - Direção; e
- II - Conselho Escolar e/ou de classe.

**Art. 4º** - A autonomia da gestão administrativa e financeira das Unidades de Ensino será assegurada:

- I - pelo provimento dos cargos dos Diretores escolares, por meio de nomeação do chefe do executivo, atendendo o critério de competência técnico-pedagógica, mérito e desempenho na forma prevista na presente lei;
- II - pela garantia de participação dos segmentos da comunidade escolar por meio do colegiado;

- III - formulação, reformulação, aprovação e implementação do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Unidade de Ensino;
- IV - gerenciamento dos recursos e prestação de contas; e
- V - escolha de representantes de segmentos escolares para o Conselho Escolar.

**Art. 5º** - Além das atribuições previstas na legislação municipal vigente, compete ao Diretor da Unidade de Ensino:

- I - implantar e implementar seu Plano de Ação, em colaboração com o Conselho Escolar e comunidade escolar, apresentando-o à Secretaria Municipal da Educação;
- II - consultar os colegiados e a comunidade escolar para a destinação dos recursos financeiros;
- III - elaborar e submeter a prestação de contas da aplicação dos recursos financeiros recebidos, para aprovação, encaminhando-a, posteriormente, à Secretaria Municipal de Educação nos prazos estipulados;
- IV - manter as exigências legais do cumprimento de obrigações fiscais e sociais do conselho da escola;
- V - dar conhecimento ao Colegiado e a comunidade escolar das diretrizes e normas vigentes dos órgãos do Sistema Municipal de Ensino;
- VI - apresentar anualmente, em assembleia para comunidade escolar, representantes da secretaria de educação os objetivos alcançados no seu plano de gestão.

**Art. 6º** - A autonomia da gestão pedagógica das Unidades de Ensino será assegurada:

- I - pela elaboração, atualização e implementação do Projeto Político Pedagógico (PPP);
- II - pela participação da comunidade escolar na elaboração e atualização do PPP, em consonância com a política educacional vigente e as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Educação de Congo/PB;
- III - pelo cumprimento da legislação pertinente, incluindo orientações curriculares, metas e diretrizes emanadas da Secretaria Municipal de Educação;
- IV - pela articulação do Projeto Político Pedagógico (PPP) com o Referencial Curricular de Congo/PB, e com o Plano Municipal de Educação e em consonância com a BNCC – Base Nacional Comum Curricular em vigor; e
- V - pela utilização de concepções, métodos e procedimentos pedagógicos aplicados às condições de seus educandos e que resultem em maior eficácia e qualidade nos processos de ensino e aprendizagem.

### **CAPÍTULO III DA NOMEAÇÃO DO DIRETOR ESCOLAR E DA EQUIPE DIRETIVA**

**Art. 7º** - Para assumir a função de Diretor Escolar, o servidor será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo e deve preencher os seguintes requisitos cumulativos:

- I - ser preferencialmente professor ocupante de cargo de provimento efetivo do Magistério público municipal;
  - II - possuir habilitação em Curso graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional de acordo com o art. 64 da LDB lei 9.394/96;
  - III - Experiência mínima de 03 (três) anos completos, no exercício da docência conforme determina o art. 67 da LDB lei 9.394/96;
  - IV - ter disponibilidade de trabalho durante 08 (oito) horas diárias, de acordo com o horário de funcionamento da Unidade de Ensino;
  - V - ser pessoa idônea, sem antecedentes criminais, comprovada por meio de Certidão Cível e Criminal (no âmbito estadual e federal);
  - VI - não ter incorrido em penalidade administrativa, no exercício da função pública, em sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar (PAD), nos últimos 02 (dois) anos; e
  - VII - em caso da indicação ser servidor contratado temporariamente, o mesmo deverá ser aprovado no processo seletivo da Secretaria de Educação.
- §1º Em caso de não haver o preenchimento, após a realização do Processo Seletivo citado no caput deste artigo, será nomeado para o cargo em comissão de diretor escolar nos termos da Lei Municipal nº 169/2017 de 14 de agosto de 2017.

**Art. 8º** - O cargo de diretor escolar de unidade de ensino público será provido por meio de nomeação pelo Chefe do Poder Executivo após aprovação em processo seletivo público realizado pela Secretaria Municipal de Educação, a cada 02 (dois) anos, com a formação do banco de gestores, pela ordem de classificação.

Parágrafo único. Após transcorridos os 02 (dois) anos de gestão, a administração poderá prorrogar por igual período, ou realizar novo processo seletivo.

**Art. 9º** - O processo de seleção de Gestores Escolares, por meio de critérios técnicos de mérito e desempenho, será realizado pela Secretaria Municipal de Educação de Congo/PB, por iniciativa própria ou em parceria com instituições



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 15 DE SETEMBRO DE 2022

públicas ou privadas e organizações sociais sem fins lucrativos, objetivando a seleção de gestores escolares para composição do banco de gestores escolares.

**Art. 10º** - O processo seletivo público simplificado será disciplinado por atos do poder executivo através de decreto/ou portaria, com comissão de avaliação e edital de seleção, a partir de critérios técnicos para atuação nas escolas regulares que integram a rede municipal de ensino, com objetivo de avaliar os pré-requisitos previstos nesta lei, aptos a assumir a função, devendo ser realizado em 02 (duas) etapas, de caráter eliminatório e classificatório:

- I – A 1ª etapa será composta por uma prova objetiva e uma prova discursiva;
- II – A 2ª etapa ocorrerá por meio da análise de títulos.

**Art. 11º** - Os gestores escolares serão selecionados de acordo com as competências e habilidades previstas no parecer CNE/CP Nº: 4/2021 de 11 de maio de 2021 que estabelece a Base Nacional Comum de Competências do Diretor Escolar (BNC-Diretor Escolar).

**Art. 12º** - Os diretores escolares nomeados receberão remuneração de acordo com a lei municipal que instituir o (PCCR) - Plano Cargos Carreira e Remuneração do magistério público municipal.

**Art. 13º** - O servidor poderá ser dispensado da função de Diretor Escolar, pelo Chefe do Executivo, quando demonstrar:

- I - insuficiência de desempenho, constatada por meio da avaliação anual realizada pela Secretaria Municipal de Educação e comunidade escolar, a ser regulamentada;
- II - infração aos princípios da Administração Pública ou quaisquer obrigações legais decorrentes do exercício de sua função pública;
- III - descumprimento do termo de compromisso por ele assinado;
- IV - por ato discricionário do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único. Identificada a hipótese acima, o Chefe do Executivo nomeará um substituto para a função de diretor escolar, dentro da ordem de classificação dos candidatos aprovados no processo seletivo, que deverá dar continuidade a execução das ações e programas já em andamento na unidade de ensino.

### CAPÍTULO IV DAS COMPETÊNCIAS DO DIRETOR ESCOLAR

**Art. 14º** - Para exercer a função de Diretor Escolar, o agente público deverá reunir as seguintes competências:

- I - coordenar a organização escolar nas dimensões político-institucional, pedagógica, pessoal, relacional e administrativo-financeira, desenvolvendo ambiente colaborativo e de corresponsabilidade, construindo coletivamente o projeto pedagógico da escola e exercendo liderança transformacional e focada em objetivos bem definidos;
- II - configurar a cultura organizacional em conjunto com a equipe, incentivando o estabelecimento de ambiente escolar organizado, produtivo, concentrado na excelência do processo de ensino e aprendizagem e orientado por altas expectativas sobre todos os estudantes;
- III - comprometer-se com o cumprimento das Referencial Curricular de Congo/PB, e o conjunto de aprendizagens essenciais e indispensáveis a que todos os estudantes, crianças, jovens e adultos têm direito, valorizando e promovendo a efetivação das Competências Gerais, competências específicas e habilidades, bem como demais documentos que legislam a educação brasileira e municipal;
- IV - valorizar o desenvolvimento profissional de toda a equipe escolar, promovendo formação e apoio com foco nas Competências Gerais dos Docentes, assim como nas competências específicas vinculadas às dimensões do conhecimento, da prática e do engajamento profissional, mobilizando a equipe para uma atuação de excelência;
- V - coordenar o programa pedagógico da escola, de modo a incentivar um clima escolar propício para a aprendizagem, realizando monitoramento e avaliação constante do desempenho dos estudantes e engajando a equipe neste compromisso;
- VI - gerenciar os recursos e garantir o funcionamento eficiente e eficaz da organização escolar, realizando monitoramento pessoal e frequente das atividades, identificando e compreendendo problemas, com postura profissional para solucioná-los;
- VII - ter proatividade para buscar diferentes soluções para aprimorar o funcionamento da escola, com espírito inovador, criativo e orientado para resolução de problemas, compreendendo sua responsabilidade perante os resultados esperados e sendo capaz de criar o mesmo senso de responsabilidade na equipe escolar;
- VIII - relacionar a escola com o contexto externo, incentivando a parceria entre escola, famílias e comunidade mediante comunicação e interação positivas,

orientadas para o cumprimento do Projeto Político Pedagógico;

IX - exercer a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, a inclusão de alunos com deficiência, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem; e

X - agir e incentivar pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade e resiliência, a abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores.

XI- Os gestores escolares selecionados devem atuar de acordo com as competências gerais e específicas, cumprindo a matriz de atribuições previstas no parecer CNE/CP Nº: 4/2021 de 11 de maio de 2021 que estabelece a Base Nacional Comum de Competências do Diretor Escolar (BNC-Diretor Escolar).

### CAPÍTULO V DA FORMAÇÃO CONTINUADA

**Art. 15º** - A Secretaria Municipal de Educação oferecerá cursos de formação e capacitação aos integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Congo/PB.

**Art. 16º** - O Diretor Escolar em exercício deverá participar, assiduamente, do/s curso/s de formação de Diretores Escolares ofertado/s pela Secretaria Municipal de Educação.

**Art. 17º** - O Diretor Escolar deverá organizar, nas Reuniões Pedagógicas, espaços de formação continuada, por meio de estudos, a partir das necessidades do grupo.

**Art. 18º** - O Diretor Escolar deverá viabilizar a participação dos profissionais da Educação nas formações continuadas ofertadas pela Secretaria Municipal de Educação.

### CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 19º** - Esta Lei aplica-se às Unidades de Ensino da rede municipal de Congo/PB.

**Art. 20º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Congo/PB, 15 de setembro de 2022.

**FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO**  
PREFEITA CONSTITUCIONAL



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 15 DE SETEMBRO DE 2022

### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 00112/2022

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 0001/2020

O MUNICÍPIO DO CONGO (PB), por meio da Secretaria de Administração, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento à decisão administrativa de 30 de agosto de 2022, comparece, respeitosamente, à presença de todo(a)s o(a)s inscrito(a)s no concurso público nº. 001/2020, para:

**CONSIDERANDO** os fatos registrados na execução do concurso público acabaram por frustrar a aplicação das provas e sua necessária conclusão capaz de prover os cargos vagos disponíveis no quadro de pessoal da estrutura organizacional do Município;

**CONSIDERANDO** a recomendação do Ministério Público da Paraíba, em relação ao concurso público do Município do Congo (PB), registrada no Procedimento Administrativo nº. 001.2021.060547, que orientou pela devolução do valor das inscrições aos candidatos;

**CONSIDERANDO** que é dever da administração promover os atos administrativos vinculados aos princípios previstos no art. 37, da Constituição Federal de 1988, bem como atender o princípio da razoabilidade para evitar danos decorrentes de eventuais erros administrativos.

#### RESOLVE:

**a)** Atender a recomendação do Ministério Público do Estado da Paraíba para realizar a devolução aos candidatos inscritos dos valores pagos pelas inscrições, devendo, para tanto, ser publicado edital de convocação para que os inscritos apresentem a documentação necessária a efetivação das transferências financeiras de ressarcimento;

**b) CONVOCAR** o(a)s candidato(a)s inscrito(a)s para apresentarem a documentação abaixo para permitir o efetivo ressarcimento dos valores, devendo apresentar a seguinte documentação:

I – Cópia de RG e CPF;

II – Documento com registro do número de conta bancária em nome do(a) candidato(a). Caso o(a) candidato(a) não tenha conta bancária pessoal, deverá informar no requerimento administrativo número alternativo de conta bancária em nome de pessoa da família;

III – Requerimento preenchido e assinado pelo(a) candidato(a), conforme anexo;

Congo (PB), 15 de setembro de 2022.

**LENILSON BEZERRA DA SILVA**  
Secretário de Administração

### ANEXO I - REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO

#### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 00112/2022 CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2020.

Em atendimento ao edital de convocação, de 15 de setembro de 2022, que convocou todo(a)s o(a)s candidato(a)s inscrito(a)s no concurso público nº. 001/2020 do Município do Congo (PB), o(a) candidato(a) abaixo signatário, comparece, respeitosamente, à administração Municipal para requerer o ressarcimento do valor pago a título de inscrição no referido certame, valor este que poderá ser depositado junto à conta bancária identificada a seguir.

Nome do(a) candidato(a) requerente: \_\_\_\_\_  
RG: \_\_\_\_\_ OE/UF: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_  
Telefone para contato: ( ) \_\_\_\_\_  
E-mail: \_\_\_\_\_

#### INFORMAÇÕES BANCÁRIAS:

Nome da Instituição Financeira: \_\_\_\_\_  
Número da Conta: \_\_\_\_\_ Agência: \_\_\_\_\_  
Nome do Titular da Conta: \_\_\_\_\_  
CPF do Titular da Conta: \_\_\_\_\_  
Grau de Parentesco do requerente com o Titular da Conta: \_\_\_\_\_

Termos em que pede deferimento.

Congo (PB), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome:

Candidato(a) Requerente



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 15 DE SETEMBRO DE 2022

LEI Nº 267/2022.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Especial e da outras providencias.

### TÍTULO I CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

**Art. 1º** - Fica alterada a Lei nº 248, de 21 de dezembro de 2021 - PPA – Plano Plurianual, para os exercícios de 2022-2025, em conformidade com o disposto nesta Lei, relativamente a abertura de Crédito do Tipo Especial, objetivando atender a situações não previstas no Orçamento

### CAPÍTULO II DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

**Art. 2º** - Fica alterada a Lei nº 235, de 23 de junho de 2021 - LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício financeiro de 2022, em conformidade com o disposto neste ato, objetivando atender a situações não previstas no Orçamento.

### CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**Art. 3º** - Fica igualmente alterada a Lei nº 249, de 21 de dezembro de 2021 – LOA – Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2022.

### TÍTULO IV DO LIMITE DO CREDITO E DA ABERTURA

**Art. 4º** - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir CRÉDITO ESPECIAL a LOA do exercício de 2022, no valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), as quais terão a seguinte classificação:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ELEMENTO	TOTAL
05.00	SEC. DE EDUCAÇÃO – SEDUC		
12.361.2001.1017	CONSTRUIR/RECUPERAR/AMPLIAR QUADRA NAS ESCOLAS		
542.000000	Transferência do FUNDEB – Complementação da União - VAAT		
4.4.90.51.01	Obras e Instalações		100.000,00
TOTAL			100.000,00

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ELEMENTO	TOTAL
05.00	SEC. DE EDUCAÇÃO – SEDUC		
12.361.2001.2023	MANTER AS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL – MDE		
500.000000	Recursos Ordinários		
3.3.90.31.00	Premiações Cult., Art., Cient., Desp. E Outras		10.000,00
TOTAL			10.000,00

TOTAL GERAL			110.000,00
-------------	--	--	------------

**Art. 5º** - Constituem fontes de recursos para atender a execução do presente crédito, ANULAÇÃO parcial e/ou total de Dotações Orçamentárias do Orçamento Vigente, de conformidade com o Art. 43, Parágrafo 1º, Inciso III da Lei 4.320/64, de acordo com o desdobramento a seguir:

**Art. 6º** - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ELEMENTO	TOTAL
05.00	SEC. DE EDUCAÇÃO – SEDUC		
12.361.2001.2019	MANTER AS ATIVIDADES DO ENS. FUNDAMENTAL – FUNDEB 30%		
540.000000	Transferência do FUNDEB – Impostos e Transf. De Impostos		
3.1.90.11.01	Vencimentos e Vant. Fixas – Pessoal Civil		110.000,00
	TOTAL		110.000,00

TOTAL GERAL			110.000,00
-------------	--	--	------------

Congo, 15 de setembro de 2022.

**FLAVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO**  
Prefeito Municipal



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 15 DE SETEMBRO DE 2022

LEI Nº 268/2022.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Especial e da outras providencias.

### TÍTULO I

#### CAPÍTULO I

#### DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

**Art. 1º** - Fica alterada a Lei nº 248, de 21 de dezembro de 2021 - PPA – Plano Plurianual, para os exercícios de 2022-2025, em conformidade com o disposto nesta Lei, relativamente a abertura de Crédito do Tipo Especial, objetivando atender a situações não previstas no Orçamento.

### CAPÍTULO II

#### DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

**Art. 2º** - Fica alterada a Lei nº 235, de 23 de junho de 2021 - LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício financeiro de 2022, em conformidade com o disposto neste ato, objetivando atender a situações não previstas no Orçamento.

### CAPÍTULO III

#### DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**Art. 3º** - Fica igualmente alterada a Lei nº 249, de 21 de dezembro de 2021 – LOA – Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2022.

### TÍTULO IV

#### DO LIMITE DO CREDITO E DA ABERTURA

**Art. 4º** - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir **CRÉDITO ESPECIAL** à LOA do exercício de 2022, no valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), as quais terão a seguinte classificação:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ELEMENTO	TOTAL
30.60	<b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE</b>		
10.302.2011.2050	MANter AS ATIVIDADES DA MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE		
621.000000	Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Gov. Estadual		
3.3.90.39.01	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		150.000,00

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ELEMENTO	TOTAL
07.00	<b>SECRETARIA DE ASSIST. SOCIAL E DESENV. ECONOMICO</b>		
08.244.2009.2039	MANter A GESTÃO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL		
669.000000	Outros Recursos Vinculados a Assistência Social		
4.4.90.52.01	Equipamento e Material Permanente		200.000,00

<b>TOTAL GERAL</b>			<b>350.000,00</b>
--------------------	--	--	-------------------

**Art. 5º** - Constituem fontes de recursos para atender a execução do presente crédito adicional especial o **EXCESSO DE ARRECADAÇÃO** na fonte de recurso **621 - Transf. Fundo a Fundo de Recurso do SUS Proveniente do Gov. Estadual** e na fonte **669 - Outros Recursos Vinculados a Assistência Social**, em conformidade com o Art. 43, Parágrafo 1º, Inciso II da Lei 4.320/64, de acordo com o desdobramento a seguir:

FONTE DE REC.	DESCRIÇÃO	TOTAL
621.000000	Transferência Fundo a Fundo de Rec. do SUS Prov. do Gov. Estadual	150.000,00
669.000000	Outros Recursos Vinculados a Assistência Social	200.000,00

<b>TOTAL GERAL</b>		<b>350.000,00</b>
--------------------	--	-------------------

Congo, 15 de setembro de 2022.

**FLAVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO**  
Prefeita Municipal

LEI Nº 269/2022.

**DENOMINA VÁRIOS ESPAÇOS PÚBLICOS NO ÂMBITO DESTE MUNICÍPIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CONGO**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Congo, Estado da Paraíba, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica denominado O *ESFI*, de “**MARCIA MARIA ALVES DE MELO**” o prédio é situado à Rua João de Souza Lima, Centro, Congo-PB;

**Art. 2º** - Fica denominado o *ESFII*, de “**ADRIANA MARIA FIDELIS DE MOURA**” o prédio é situado à Rua Lindolfo Campos, Centro, Congo-PB;

**Art. 3º** - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

**Art. 4º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Congo/PB, 15 de setembro de 2022.

**FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO**  
Prefeita





# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 15 DE SETEMBRO DE 2022

LEI Nº 270/2022.

**Altera dispositivos da Lei Municipal de nº 241/2021 e dá outras providências.**

**Art. 1º** - A Lei Municipal de nº 241/2021, de 30 de Setembro de 2021, passar a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 1º** - Fica criado o "**PROGRAMA SABER MAIS CONGO**", o qual garantirá aos profissionais do magistério, efetivos ou contratados, contratados, bem como para o pessoal de apoio técnico, administrativo e operacional da educação básica do Município de Congo uma gratificação por atividade pedagógica extra, no percentual de até 100% (cem por cento) sobre a remuneração base de cada profissional.

**§ 1º** A fixação do percentual exato a ser implantado a título de gratificação, nos limites percentuais acima estabelecidos, ocorrerá mediante regulamentação por Decreto do Chefe do Poder Executivo e implementado na forma do plano de trabalho instituído no Parágrafo único do art.2º desta Lei.

**§ 2º** Os recursos destinados ao pagamento das referidas gratificações serão os oriundos do FUNDEB, compondo a margem dos 70% (setenta por cento) destinados ao financiamento do FUNDEB para as atividades do magistério.

**Art. 2º** - Todo (a)s o (a)s profissionais do magistério e o pessoal de apoio técnico, administrativo e operacional da educação básica da rede municipal de ensino de Congo terão direito a aderir às atividades do programa "Saber Mais Congo", bastando, para tanto, requerer à Secretaria de Educação a inclusão do seu nome na escala de trabalho destinada a execução das atividades.

**Parágrafo único** — O plano de trabalho destinado ao referido programa deverá ser elaborado pela Secretaria de Educação e os profissionais serão contemplados conforme necessidade da rede municipal de ensino em consonância com o plano de ação elaborado pela secretaria municipal de educação e aprovado pelo Conselho Municipal de Educação.

**Art. 3º** - Será excluído (a) do "**PROGRAMA SABER MAIS CONGO**" o(a) profissional do magistério, bem como para o pessoal de apoio técnico, administrativo e operacional da educação básica que não executar as atividades em conformidade com o cronograma de trabalho estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação.

**Art. 4º** - Poderá ser suspensa, a qualquer tempo, a execução do "**PROGRAMA SABER MAIS CONGO**", mediante manifestação circunstanciada e fundamentada da Secretaria de Educação.

**Art. 5º** - Somente a Secretaria de Educação poderá autorizar a inclusão dos profissionais que requererem integrar o "**PROGRAMA SABER MAIS CONGO**", ficando limitada à disponibilidade de recursos financeiros e efetiva necessidade de inclusão de novo profissional ao programa.

**Art. 6º** - A fiscalização e o controle do funcionamento do "**PROGRAMA SABER MAIS CONGO**" serão de competência do Conselho Municipal de Educação.

**Art. 7º** - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de verbas orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, vinculadas às verbas do FUNDEB destinadas à valorização dos profissionais do magistério.

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Congo – PB, em 15 de setembro de 2022.

**FLÁVIA EMANUELA SOUSA PEREIRA QUIRINO**  
Prefeita Municipal